

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 56.791 - GO (2018/0047949-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : LINDOMAR ROSA  
RECORRENTE : PAULO ANTONIO DO NASCIMENTO PINHEIRO  
RECORRENTE : JOSEDYL ALVES DOS SANTOS  
ADVOGADOS : JOSÉ DA ROCHA CUÊLHO - GO028846  
BRUNO SILVA ROCHA E OUTRO(S) - GO036240  
RECORRIDO : ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADOR : POLIANA DIAS ALVES JULIÃO E OUTRO(S) - GO040212

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRANTES QUE BUSCAM O RECONHECIMENTO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE INTEGRAR NA LISTA DOS FUNCIONÁRIOS IRRADIADOS COM CÉSIO 137 PARA FINS DE PENSÃO. LEI GOIANA 14.226/2002. DOENÇA CRÔNICA. NEXO CAUSAL DEMONSTRADO. EXISTÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA EM RELAÇÃO A APENAS DOIS DOS RECORRENTES. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO APENAS EM RELAÇÃO AOS RECORRENTES LINDOMAR ROSA E JOSEDYL ALVES DOS SANTOS.*

1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por LINDOMAR ROSA, PAULO ANTONIO DO NASCIMENTO PINHEIRO e JOSEDYL ALVES DOS SANTOS, com fundamento no art. 105, II, *b* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TJGO, assim ementado:

*MANDADO DE SEGURANÇA. LEI ESTADUAL Nº 14.226/2002. PENSIONAMENTO ESPECIAL. CÉSIO 137. DOENÇA CRÔNICA. NEXO CAUSAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ORDEM DENEGADA. I – Nos termos da Lei Estadual 14.226/2002 e Súmula 6/TJGO, é imprescindível a comprovação do nexo de causalidade entre a doença e a exposição ao elemento radioativo, para fins de pagamento da pensão especial. II – A documentação colacionada ao writ é incapaz de demonstrar, de modo estreme de dúvida, que os acometimentos de saúde reportados tenham se originado da exposição ao material radioativo. SEGURANÇA DENEGADA (fls. 285).*

2. Em suas razões recursais, os recorrentes relatam que são Militares do Estado de Goiás e vêm sofrendo, dia após dia, lesão em seu direito, pelo

fato de ainda não estar constando os seus nomes na lista dos beneficiários com direito a receber, mensalmente, as Pensões Especiais a que tem direito o Servidor Público e os Agentes requisitados da administração indireta que foram irradiados e/ou contaminados no trabalho de isolamento dos locais contaminados pelo cézio 137.

3. Destacam, ainda, *que a Lei Estadual 14.226/02 não prevê o monitoramento das vítimas do acidente radioativo com o cézio 137, nem também prevê como requisitos a questão do nexo causalidade entre as sequelas das vítimas e o acidente, inclusive no jornal a popular edição datada de 20/09/06 confirma a desnecessária intervenção da CNEN para concessão do benefício da PENSÃO ESPECIAL. Entretanto, ficou claramente demonstrado nexo de causalidade entre a doença e a exposição ao elemento radioativo, para fins de pagamento da pensão especial aos embargantes* (fls. 327).

4. O douto Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS, manifestou-se pelo provimento do Recurso Ordinário apenas em relação aos recorrentes LINDOMAR ROSA e JOSEDYL ALVES DOS SANTOS.

5. É o relatório.

6. Discute-se nos autos o pagamento da pensão especial instituída na Lei Goiana 14.226/2002, considerando que os impetrantes, Militares que atuaram no controle e na descontaminação das áreas afetadas, o que acarretou o acometimento de doenças crônicas correlacionadas ao acidente.

7. A Lei Estadual prevê a concessão de benefício aos Servidores Públicos e aos agentes requisitados da Administração Indireta, irradiados ou contaminados no trabalho da descontaminação da área acidentada com a substância radioativa Césio 137, ocorrida no ano de 1987.

8. Resguarda, ainda, a lei, a possibilidade de concessão da pensão, a qualquer tempo, desde que comprovado que o requerente

apresenta moléstia grave decorrente do incidente.

9. Da leitura dos autos, verifica-se que o acórdão recorrido, a par de não ter reconhecido o direito líquido e certo dos impetrantes, consignou a existência de doenças decorrentes do acidente com a substância radioativa Césio 137, confira-se:

*Neste tocante e, em proêmio, cumpre consignar que nenhum dos documentos colacionados faz qualquer alusão ao impetrante PAULO ANTÔNIO DO NASCIMENTO, emergindo possível concluir de pronto que este não arregimentou prova pré-constituída do direito líquido e certo alegado.*

*De outro lado, no que pertine a proposição dirigida pelos impetrantes LINDOMAR ROSA DIAS e JOSEDYL ALVES DOS SANTOS, cumpre consignar que, **a despeito de haverem comprovado serem portadores de doença crônica** – transtorno depressivo recorrente e transtorno específico de personalidade, respectivamente –, não demonstraram, de modo contundente, que as moléstias supervenientes são sequelas decorrentes da exposição ao material radioativo mencionado.*

*Neste diapasão, importa consignar que, embora não descartem a exposição à substância radioativa como gênese provável dos acometimentos de saúde dos impetrantes, os relatórios médicos colacionados à exordial estão longe de materializar estudo aprofundado acerca da etiologia das doenças crônicas apresentadas pelos examinados (fls. 283).*

10. As fls. 91 e 135/136, verificam-se os atestados médicos, reconhecendo que os impetrantes LINDOMAR ROSA e JOSEDYL ALVES DOS SANTOS são portadores de doenças crônicas decorrentes do acidente com o Césio 137:

*Atesto para os devidos fins que LINDOMAR ROSA DIAS foi por mim atendido [...].*

*Há nexos causal entre a patologia citada acima e o envolvimento do paciente com o acidente Radioativo com o Césio 137.*

*Trata-se de hipertrofia crônica que compromete o paciente a capacidade [...]*

01/08/16

Dr. Ailton Cabral Fraga Médico Psiquiatra CRM-GO 3174.

*Relato para os devidos fins, que nesta data examinei o Sr. JOSELYN ALVES DOS SANTOS, DN: 09/06/65, natural de Baliza-GO, PMGO, casado e residente em Goiânia-GO.*

*Tem como desta que em seu curso de vida, ter participado do episódio “Césio 137”, em Goiânia, no ano de 1987 nos locais de remoção dos resíduos.*

*[...]*

*No acompanhamento do histórico do ponto de vista da psiquiatria, é portador da doença crônica e recorrente e tal fato tem relação com o pavor de ter participado do supracitado episódio nuclear, ressalta-se, portanto, a relação de causa e efeito.*

*GO: 10/05/16.*

*Dr. Leo de Sousa Machado*

*Psiquiatra Unimed Goiânica – 064/9069-3 CRM - 8069.*

11. Nesse cenário, tem-se que as provas coligidas são suficientes para comprovar que dois dos impetrantes possuem alguma doença crônica relacionada ao acidente, uma vez que o texto legal é expresso em reconhecer a pensão àqueles que foram irradiados ou contaminados. Então, é necessária tal comprovação, o que se verificou no arcabouço formado nos autos.

12. Quanto ao impetrante PAULO ANTÔNIO DO NASCIMENTO, vale relembrar que o remédio constitucional do Mandado de Segurança exige a demonstração da existência de direito líquido e certo, o que depende da exibição, pelo impetrante, da ordem, *já com a inicial do pedido*, de prova documental do ato violador (ou ameaçador), ainda que essa prova seja de apreciação árdua, difícil ou custosa; deve-se entender que a restrição probatória está diretamente ligada à *inadmissibilidade de dilação*, por descaber, no seu âmbito, a produção desses elementos elucidadores de fatos, o que importaria na sua ordinarização e perda do seu *status* de medida excepcional. Assim, diante da ausência de comprovação do direito vindicado, inviável a concessão da ordem, ficando ressalvadas, contudo, as vias ordinárias.

13. Com base nessas considerações dá-se provimento ao Recurso Ordinário para conceder a pensão pretendida apenas em relação aos recorrentes LINDOMAR ROSA e JOSELYN ALVES DOS SANTOS, e nega-se provimento ao

recurso de PAULO ANTONIO DO NASCIMENTO PINHEIRO, por ausência de direito líquido e certo, ressalvado o acesso às vias ordinárias, onde se fará possível a dilação probatória que a demanda exige.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 1º de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

